



SETOR ELÉTRICO
VIOLENCIA
As punições continuam

Nº 156 08/11/91

ATRASADO

Eletrosul faz proposta sobre itens da pauta

Depois de uma atraso de quase uma semana, na segunda-feira, dia 4 de novembro, a Eletrosul enviou à Intersindical resposta a 6 itens da pauta deste ano, avisando que o restante da cláusulas só terão resposta quando os pareceres técnicos tiverem acabado. Em quatro dos itens respondidos (complemento auxílio doença, abono de falta para tratamento de saúde, liberação de estudante e dupla função) fica contemplado o que estava sendo reivindicado pelos trabalhadores. Quanto à questão do auxílio pré-escola e auxílio alimentação a empresa se comprometeu a reajustá-los de acordo com uma pesquisa de mercado, porém não dizem quando será feita esta atualização. Com isto a empresa continua na sua tática de adiar indefinidamente um posicionamento.

POLÊMICA

Sinergia responde boletim

A ARE (Assessoria de Relações Empresariais), da Eletrosul, dirigida por Miguel Sedrez, através de um "SAIBA" insinua que, se os sindicatos ditos de categorias profissionais diferenciadas não assinarem acordo com a empresa, os membros de tais categorias poderão ficar fora do alcance de um eventual acordo ou dissídio. Isto aconteceu à revelia da ART (Assessoria de Relações Trabalhistas) e não está sendo levantado por outras empresas do grupo Eletrobrás.

O Sinergia em uma resposta ao "SAIBA" assinala, em boletim, que isto além de procurar dividir a categoria "busca no estímulo ao elitismo, ao corporativismo e ao egoísmo, a satisfação de interesses particulares, com decisões tomadas em grupos isolados".

Outro dado importante é que o TST, através do seu presidente, entende que o Comando Nacional dos Eletricistas representa legalmente o conjunto dos eletricistas do grupo Eletrobrás. O Sinergia, no seu boletim, explica o que é democracia: "todas decisões tomadas são resultado do entendimento da maioria em plenárias e assembleias abertas a todos, onde as particularidades de cada grupo profissional são tratadas como reivindicações do conjunto daquela empresa, no mesmo nível das questões comuns a todos".

E mais, lembra o sindicato: "em nenhuma outra empresa do grupo Eletrobrás esta questão está sendo levantada". Nas outras estatais não é diferente. Nunca os dirigentes da Petrobrás ou do Banco do Brasil questionaram a representatividade do sindicato majoritário. A Celesc assinou o acordo coletivo com os sindicatos majoritários e entendeu assim que contemplavam o conjunto dos empregados. Na CEEE, o Senergisul é o único sindicato a negociar com a empresa. Concluindo destaca o boletim sindical: "quem trata com responsabilidade uma negociação sabe politicamente reco-

Demissões na Celesc

São dezenas de eletricistas que estão sendo colocados na rua sob pretexto de serem "contratados". É uma "atitude ilegal e imoral da empresa", segundo a Intersindical.

No final de outubro a Celesc começou a fazer demissões, descumprindo a cláusula do acordo coletivo que deu garantia no emprego aos trabalhadores. A Intersindical, logo que soube das primeiras demissões, entrou em contato com a direção da empresa para esclarecer o assunto. A direção da Celesc disse que vai continuar demitindo empregados.

A partir deste encontro a Intersindical tirou várias conclusões. Primeiro esclarece que não são contratados que a empresa está demitindo, mas sim, eletricistas que já tiveram seu vínculo empregatício confirmado pela Justiça em primeira, segunda ou terceira instâncias. Por isto, o primeiro alerta é o seguinte: as demissões que a empresa promete podem atingir qualquer funcionário.

Mas a Intersindical está vendo esta e outras medidas recentes tomadas pela empresa, num horizonte mais



amplo: "tudo prepara o terreno para a privatização da Celesc, como vem ocorrendo com outras estatais do setor elétrico. Senão, quem é que explica por que a empresa vem tratando a questão da periculosidade de forma tão insensata? E a questão das horas extras ou da privatização do Centro de Manutenção e Distribuição de Itajaí? Tudo isto faz parte do mesmo projeto que já começou a ser implantado".

Por tudo isto os sindicatos afirmam que é importante que a categoria ini-

cie um processo de mobilização que enfrente este projeto. A primeira coisa a saber é que ninguém pode ser demitido, já que existe uma cláusula de garantia de emprego. Qualquer tentativa nesta direção deve ser comunicada imediatamente ao seu sindicato.

O início do processo de mobilização será aberto com as assembleias, a serem realizadas em todo Estado, entre os dias 12 e 14 de novembro, onde todas estas e outras questões serão discutidas e encaminhadas.

CNE atuando no Senado

Continua o trabalho do Comando Nacional dos Eletricistas, em Brasília, visando solucionar a questão do acordo coletivo e da reforma no setor elétrico. Na quinta-feira, dia 7 de novembro, aconteceu uma reunião da Comissão de Energia do Senado, presidida pelo senador Teotônio Vilella Filho, onde os trabalhadores do setor estavam re-

presentados entre outros por José Cascaes Dias, da Eletrosul.

Também na quinta-feira, às 19 horas, uma comissão de parlamentares, respaldados por informes do Comando Nacional dos Eletricistas, se reuniu com o ministro João Santana. O encontro foi marcado para discutir a campanha salarial dos eletricistas.

Ainda na quinta-feira, a audiência de conciliação, no TST, marca-

da para às 10 horas, com o objetivo de discutir as reivindicações dos trabalhadores do setor elétrico, foi transferida para a parte da tarde. Pela manhã o TST se manteve ocupado com a campanha da Cemig, cujos trabalhadores estão em greve.

Até o momento do fechamento desta edição não tínhamos o resultado da audiência.

PERICULOSIDADE

Celesc cortando direitos

A Celesc está cortando o pagamento do Adicional de Periculosidade. Em alguns casos até de pessoas que conquistaram o direito ao pagamento na Justiça do Trabalho. A assessoria jurídica da Intersindical sustenta a tese, já acolhida pela Justiça, de que todo empregado que exerce funções em áreas de risco, independente do tempo de permanência na área de risco, tem direito ao percentual de 30%.

A Celesc não aceita esta interpretação e apesar de

perder vários processos judiciais teima em cortar o pagamento do adicional prejudicando o empregado. A Intersindical já avisou a Celesc que vai continuar patrocinando ações trabalhistas para garantir o cumprimento da lei. Por isto, todo empregado que está sendo atingido pelo corte de pagamento da periculosidade deve procurar a assessoria jurídica do seu sindicato para garantir seu direito na Justiça.

JULGAMENTO DIA 11

Operadores ficam em Itá

O julgamento contra a medida da Eletrosul que tenta transferir o representante sindical Sérgio Quadros, de Itá para Alegrete, ficou marcado para o dia 11 de novembro. Já a transferência do ex-representante sindical Rogério Canalli, de Itá para Charqueadas, que queria a empresa, não vai acontecer. Ele ganhou liminar na Justiça e por isto permanece em Itá.

Enquanto isto outra medida da direção da Eletrosul está sendo contes-

tada na Justiça. A Junta do Trabalho de Chapecó concedeu liminar que garante a manutenção de transporte para os operadores da subestação de Itá que moram em Chapecó. A Junta de Chapecó porém se absteve de julgar o mérito da questão, por entender que isto cabe à Junta de Concórdia, área que abrange a subestação de Itá. A juíza de Concórdia manteve a decisão de Chapecó e marcou nova audiência para dia 10 de novembro.

FGTS

Proposta "esquisita"

Está sendo comentado com muita curiosidade na Celesc como é que um advogado da empresa, em horário de trabalho, se dirige a funcionários da Administração Central, da Agência Florianópolis e do Almoxarifado Central para conseguir procurações e contratos de honorários particulares. As pessoas se perguntam se é porque é filho de fantasmas? Senão, por quê teria ele este privilégio?

Em todo caso, vários associados do Sinergia estão sendo visitados pelo advogado da Celesc que tem uma proposta de ação judicial contra a UNIÃO, para correção do FGTS. Alguns empregados inclusive já assina-

ram a procuração e o contrato de honorários.

O Sinergia consultou sua assessoria jurídica e outros advogados especialistas na matéria e ficou sabendo que esta ação deve correr todas as instâncias judiciais, e que tem remotas chances de sucesso nos Tribunais Superiores, onde assuntos desta natureza são julgados sob a ótica do interesse público, em nome do interesse público. Existe mais um risco: o de que, nas ocasiões em que o empregado possa movimentar o fundo, esteja impedido pelo fato da matéria estar "sub-judice". Portanto atenção!

NO CAMINHO DA "HIPER"

Crise, e a demência do Governo

José Álvaro Cardoso
Dilese - Subseção Bancários Fpolis
O país vive uma situação de hiperinflação iminente. O risco de nela ingressarmos é, talvez, maior do que em 1989, ocasião em que o ministro Maílson da Nobrega insistia em administrar índices inflacionários astronômicos e crescentes com a malfadada política do "feijão com arroz".

Naquele ano, a economia também estava bagunçada (nem tanto quanto hoje, é verdade), e os consultores econômicos ganharam muito dinheiro com seminários sobre hiperinflação. Mas havia uma luz para os diversos atores sociais: as eleições presidenciais realizadas em novembro, o que, de certa forma, impediu o país de ingressar no salve-se-quem-puder que estamos vivendo hoje. O empresariado não deixou de remarcar seus preços. Mas a política salarial então vigente - que reajustava o salário com a inflação do mês anterior - mantinha o poder aquisitivo do trabalhador em níveis pelo menos suportáveis. Além disso, o governo Sarney poderia ser acusado de fraco e medíocre, mas não de demente.

Aqui, um breve parêntese. Ao contrário do que o pensamento corrente apregoa, a crise econômica não decorre principalmente de problemas de gestão da economia ou apenas das "expectativas dos agentes sociais". Na realidade, a crise é inerente ao próprio funcionamento contraditório do capitalismo. A história deste último não só é marcada pelo advento da crise, como exerce uma função objetiva, que é a de recriar as condições para uma nova etapa



de prosperidade. A história do capital é a história dos ciclos da economia. Na crise, há uma depuração dos capitais mais fracos, os salários ficam mais baixos, o capital se concentra ainda mais, revigorando-se. A crise, portanto, não só acompanha o desenvolvimento do capitalismo, como é necessária ao próprio funcionamento deste.

Agora, se é verdade que a boa condução da economia não afasta o fenômeno da crise econômica, podendo apenas "administrá-lo", não é menos verdade também que uma gestão desastrosa pode piorar muito a situação. Do ponto de vista da economia, hoje estão postos todos os ingredientes de crise existentes em 1989, só que num patamar muito superior de gravidade. O país está produzindo menos riqueza, os salários valem menos, a recessão é mais profunda e o desemprego é maior. Mas, se a

hipótese aventada ao longo da semana passada - a de que o governo aposta na hiperinflação como forma de domar a "rebeldia dos agentes sociais" - for verdadeira, estará comprovado aquilo que todos temiam: estamos sendo governados por um doido que, por sua vez, comanda uma equipe de piratas. Nesse caso então, os atuais problemas econômicos podem ser considerados "café pequeno", comparados ao que poderá vir mais na frente.

Até prova em contrário, a hiperinflação não interessa a ninguém que esteja em seu juízo perfeito. Uma de suas características principais é a perda de função da moeda nacional e, portanto, a impossibilidade do governo de fazer política econômica. As consequências de um processo como este são imprevisíveis, ainda mais considerando

a miséria existente hoje no país e o "bagaço" em que se encontra a economia.

Apesar da retórica liberal de Collor, e de sua ira anti-estatal, este governo pratica uma política anti-empresarial e aniquiladora de mercados. Ao eleger a recessão como política centra de combate à inflação, e acabar literalmente com os salários, o governo quebrou empresas e tornou o mercado consumidor interno ainda menor. Os primeiros dias de gestão do atual governo foram suficientes para os "descamisados" descobrirem que haviam sido enganados pelo discurso falacioso do "caçador de marajás". Alguns meses depois os próprios empresários descobriram que a aposta que fizeram nas eleições presidenciais também iria lhes custar caro.



Acidente deve ser comunicado logo

O diretor do Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho, do Sinergia, Sovenir Macio Dias, alerta que a lei 8213/91 determina que em caso de acidente de trabalho a empresa deverá comunicar o fato à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato. O não cumprimento pode determinar multa para a empresa. Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública. Ligue-se.

Eleições na Fundação ELOS

Em novembro, entre os dias 11 a 20, acontecem as eleições para curador da Elos. As normas da eleição determinam que o eleitor deve votar em um único nome. Os candidatos que desejarem divulgar seus planos de ação devem enviar suas propostas à sede do Sinergia (Rua Lacerda Coutinho, 149 - Florianópolis). A proposta deverá estar no sindicato, impreterivelmente, até dia 11 de novembro, segunda-feira, às 14 horas.

Plano de Carreira
A Intersindical esteve discutindo com a Celesc várias questões. Uma delas foi a aplicação

da lei salarial 8.222/91. A empresa disse que depende de uma ação declaratória do TST para fazer sua aplicação ou não. Já sobre o Plano de Carreira a empresa disse que está processando uma pesquisa de mercado e mais uma vez comunicou que ainda não tem posição sobre a composição paritária do CRH.

Brasil sa(ca)neado
"Nascimento, Crescimento e Crise do saneamento no Brasil" é o tema do debate com o engenheiro sanitário Rodolfo Cos-

ta e Silva que acontece dia 11 de novembro, às 19 horas, no auditório da Fecesc (Praça Etelvina Luz). A promoção é do Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento de SC (CASAN). Um tema fundamental nos dias de hoje. Participe!



TRIBUNA Livre

Grito de Alerta aos operadores

Vilmar Lourenço
Operador SE Gravataí, Eletrosul

Aos companheiros operadores de subestações e usinas que julgam sermos um setor de elite e que por isso seríamos intocáveis pelos pacotes demissionários do Sr. Amílcar Gazaniga e, por isso não engrossaríamos um movimento reivindicatório que traga em seu bojo a perda de garantia de emprego, quero dar meu grito de alerta, tentando através da demonstração de alguns raciocínios e na medida do possível exemplificá-lo, de que, se até hoje fomos intocáveis, não é porque nos julgamos a alma de aço dessa empresa e sim, porque sempre o quadro de operadores esteve enxuto, situação essa, que será modificada pela empresa a curtíssimo prazo - seis meses, no máximo um ano - pois está contido no plano de gestão do Sr. Amílcar os mesmos mandamentos da cartilha Collor que por sua vez segue com fidelidade máxima os ordenamentos do Fundo Monetário Internacional - FMI - visando o "enxugamento" das empresas estatais, que nada mais é do que sucateá-las para desacreditar perante a opinião pública, preparando-as para o entreguismo.

Quanto aos riscos que corremos, nós operadores, sem garantia de emprego quero lembrar os companheiros que na Divisão Regional do Rio Grande do Sul já estão sendo aplicadas parcialmente mudanças perniciosas ao setor, chamada pelos mentores e aplicadores de "Integração entre Manutenção e Operação", que traduzido quer dizer:

- O quadro de operadores por SE será de 11 empregados;
- O chefe da SE passaria a chamar-se coordenador e exercido por um técnico de manutenção (já em prática nas SEs de Gravataí e Farroupilha);
- C) A curto prazo os turnos seriam mistos, compondo-se de um técnico e de um operador.

Analisando os itens acima, sem entrarmos na análise sobre a redução das possibilidades de ascensão de nossa já míngua carreira profissional dentro de tal conjuntura - Operador Auxiliar, Operador Chefe de Turno, Operador Chefe de Subestação - dentro de uma vida profissional de serviços prestados que poderá ir até 30 anos, pois se implantado, passaríamos à condição de "operadores auxiliares permanentes", já que teríamos a desvantagem de ter como concorrentes, dentro do próprio turno, um eletrotécnico formado em escola regular, com formação de 3 ou 4 anos. Portanto, após analisados os itens acima facilmente concluiremos que em bem pouco tempo a empresa só necessitará de 5 operadores por subestação, logo, sem garantia no emprego, 50% ou mais do quadro de operadores, hoje intocáveis, seríamos descartáveis pelos próximos pacotes demissionários, e os que permanecessem teriam que abrir mão de direitos adquiridos a aproximados 20 anos e, certamente seriam coagidos a fazer acordos dos processos judiciais em andamento, nos moldes propostos pela empresa, e não buscar na Justiça outros direitos futuramente lesados, pois se assim procederem, com certeza verão seus contratos de trabalho serem recindidos.

Aos companheiros desatentos e confusos que pensam que a falta de uma cláusula que garanta o emprego não atingirá os operadores, tenho a dizer que estão errados e, que só seremos intocáveis se lutarmos pela garantia no emprego, pois o operariado só será elite dentro de qualquer organização se lutarmos unidos, como um corpo único, sem distinções entre setores e essa luta, no caso "in concreto" passa necessariamente pela união de todos nesse momento de ameaças e dificuldades de toda sorte por que passa a família elétrica.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

MONOCULTURA NÃO!

O pop não mata o rock, que não mata a MPB, nem o sertanejo

A música, assim como a política, o direito, a religião, é influência e resultado do que se faz no mundo. Mas, como estas outras coisas, ela de outro lado também influencia o desenvolvimento das idéias. Assim, por exemplo, a música brasileira atual é um retrato e, ao mesmo tempo, uma força modificadora da sociedade brasileira atual. Dentro deste quadro, no Brasil de hoje, temos a música do compositor Leo Gandelman, que pede o fim da "monocultura", da "monomoda". Leo esteve em Florianópolis lançando seu último disco, "Visões", e falou no camarim com exclusividade para o **Linha Viva**.

Quando pede o fim dos "monismos" Leo quer se referir à massificação profunda que os meios de comunicação impõem à cultura nacional, "impedindo o haver espaços para novas tendências, novas formas de manifestação cultural. Estas acabam se tornando movimento de bastidores, coisas escondidas. Na música brasileira, por exemplo, é uma pena que os espaços não sejam mais segmentados. Tem lugar para todo mundo. O sertanejo não

mata o pop, o pop não mata o rock, o rock não mata o samba, que não mata o instrumental".

Leo pode falar isto pois sua música, que é instrumental, tem tido grande aceitação no país, tanto que está no seu quarto disco, com contrato para mais três a serem feitos ao longo dos próximos três anos. "O espaço para música instrumental cresceu muito, mas costume dizer que é um grande espaço num deserto do Sahara. É um espaço árido que tem que ser trabalhado com muito carinho e dedicação. Agora esta questão de tentar alguma forma de arte que seja - entre aspas - alternativa, continua uma aventura no Brasil. Me considero um aventureiro, um guerrilheiro, uma pessoa que batalha 24 horas por dia, em função de um ideal".

Armas é que não faltam para Gandelman. Ele cresceu numa família de músicos e se criou dentro da escola Pro-Arte, no Rio de Janeiro. A mãe é professora de música e o pai maestro.

Estudou música clássica - piano e flauta - dos cinco aos 16 anos, quando



Leo acredita que todo som tem chance de sucesso

foi solista da Orquestra Sinfônica Brasileira. Mas abandonou tudo pois não se sentia satisfeito em ser intérprete de clássicos. Virou fotógrafo da revista Manchete e foi fotógrafo nos filmes "Dona Flor e Seus Dois Maridos" e "Mar de Rosas". Um dia, no laboratório, alguém trouxe um saxofone. Como Leo tinha estudado flauta a adaptação foi instantânea.

"Foi amor à primeira vista. Descobri com o sax, aquilo que eu realmente queria fazer com música: criar, poder mexer com as notas, brincar". Para se aperfeiçoar em composição, arranjo e sax passou dois anos em Boston, no

Berklee College of Music, voltando em 1980. Depois de passar um ano "tocando na noite", foi trabalhar em estúdios até chegar a produtor de discos como Virgem, de Marina, Plural, de Gal Costa. Em 87 começou a carreira solo. Seu terceiro disco, Solar, foi lançado nos EUA, no ano passado e ficou três semanas em segundo lugar de execução nas rádios de música contemporânea americana. Leo acha que isto se deve ao fato que a música que se faz hoje no Brasil é universal. "Talvez a nossa música seja a coisa mais forte que se tenha a nível de exportação. É um orgulho ser músico brasileiro fora do país. Aqui, é que a dificuldade é grande".

Mesmo assim Gandelman investe tudo que ganha no seu próprio trabalho, para tornar seu espetáculo cada vez mais bonito. "Honestamente eu não estou visando encher o bolso de dinheiro. Esta é a minha necessidade de realização de um ideal. Não estou pensando a curto prazo. Não trabalho em função da moda, nem do momento".

Congresso dos Eletricitários

Foi ampliado o prazo para entrega das teses que participarão do Congresso dos Eletricitários da Grande Florianópolis. Agora as teses podem ser entregues até dia 19 de novembro. O Congresso acontece nos dias 6 e 7 de dezembro. Entre os debates programados estão um sobre a conjuntura e o movimento sindical e outro sobre o papel da Justiça do trabalho na atualidade e sua relação com o movimento sindical.

Livro fala sobre o Sendero Luminoso

Autora fará debate no auditório do Sinergia

Vai ser lançado no dia 13 de novembro, em Florianópolis, o livro "Sendero Luminoso - Fogo nos Andes", da jornalista Rosana Bond. O livro é resultado de pesquisa e reportagem que tomaram muitos anos da escritora, até conseguir uma entrevista, em 1985, com alguns líderes senderistas, presos perto da capital peruana, Lima.

O Sendero Luminoso é um movimento guerrilheiro peruano que quer chegar ao poder. Para isso travam o que chamam "guerra santa". Grande parte das atividades do movimento acontece no interior do país tendo o apoio das pessoas de origem indígena, os descendentes dos Incas.

A ligação é fácil de ser feita uma vez que o império inca tinha muito de socialista, de um sistema comunista no seu funcionamento. Segundo a mitologia



deste povo existe uma profecia que fala da ressurreição de um deus que irá guiar uma guerra entre brancos e índios.

Um dos pontos abordados no livro é esta ligação messiânica da guerrilha e a análise de alguns políticos peruanos dos primórdios do movimento.

O lançamento do livro vai acontecer dia 13 de novembro, às 19 h e 30 min, no Restaurante Reçaca. O Núcleo de Cultura (sindicatos dos eletricitários, bancários, jornalistas, previdenciários, municipais, trabalhadores em edu-